

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2021



Elisabeth Barros de Santana

PREFEITA

Preeitura Municipal de Brejão

RESOLUÇÃO 147/2021

BALANÇO

FINANCEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE MEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
Assinado em: <https://eicf.tce.pe.gov.br/epp/validador.seam> Código do documento: c8920c6d-6307-4d2-5ad6-88b20b1f1a8b3



GOVERNO DE
Brejão

AMOR POR NOSSA GENTE

FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



1 de 2

ISOLADO:3 - FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		6.272.439,09	6.895.251,80	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		10.416.912,05	8.957.306,42
<u>TESOURO</u>		<u>6.167.756,27</u>	<u>5.490.119,26</u>	<u>TESOURO</u>		<u>152,25</u>	<u>430,00</u>
GERAL		52.613,00	0,00	SAÚDE-GERAL		152,25	430,00
ORDINARIO		1.000,00	0,00	<u>RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</u>		<u>643,00</u>	<u>2.438,00</u>
SAÚDE		903.080,48	210.778,46	SAÚDE-GERAL		643,00	2.438,00
SAUDE-COVID-19		68.974,00	19.680,34	<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>10.416.116,80</u>	<u>8.953.344,95</u>
SAÚDE-GERAL		5.142.088,79	5.252.739,15	ORDINARIO		0,00	262.998,73
SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	6.921,31	SAUDE-COVID-19		211.545,56	868.316,68
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>104.682,82</u>	<u>1.405.132,54</u>	SAÚDE-GERAL		10.204.571,24	7.821.629,54
SAUDE-COVID-19		104.682,82	1.405.132,54	SAÚDE-SERVIÇOS		0,00	400,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		4.416.649,84	2.784.860,55	<u>OUTRAS FONTES DE RECURSOS</u>		<u>0,00</u>	<u>1.093,47</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>4.416.649,84</u>	<u>2.784.860,55</u>	SAÚDE-GERAL		0,00	1.093,47
REPASSE RECEBIDO		4.416.649,84	2.784.860,55	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		722.664,52	851.942,29	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>40.968,92</u>	<u>392.502,89</u>	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		998.776,00	1.064.312,55
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		40.968,92	392.502,89	<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>317.821,36</u>	<u>490.178,29</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>681.695,60</u>	<u>459.439,40</u>	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		0,00	348,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		71.190,62	30.873,43	RP PROCESSADOS PAGOS		317.821,36	489.830,29
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		32.768,28	15.230,92	<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>680.954,64</u>	<u>569.846,42</u>
ISS		1.037,57	8.224,88	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		68.861,81	38.087,64
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		603,73	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		24,26	90.707,46
OUTROS DEPÓSITOS		4.691,22	948,37	ISS		1.117,57	21.800,01
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		88.812,10	0,00	OUTROS CONSIGNATÁRIOS		1,00	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		8.254,42	5.261,73	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		94.428,60	0,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		63.406,76	67.919,18	PENSÃO ALIMENTÍCIA		8.452,13	4.990,55
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		187.230,55	143.644,93	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		78.530,61	59.842,49
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	1.317,05	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		205.191,86	139.533,32
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		223.700,35	186.018,91	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	1.330,80
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		3.222.106,81	2.711.671,14				

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
 SEC DE SAÚDE
 090.560.314-14

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA NETO
 TESOUREIRO
 103.218.494-93

FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

2 de 2

ISOLADO:3 - FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>3.222.106,81</u>	<u>2.711.671,14</u>	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		224.346,80	213.554,15
<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>		<u>744.452,56</u>	<u>784.677,28</u>	<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>0,00</u>	<u>4.287,84</u>
CONTA ÚNICA		2.477.654,25	1.926.993,86	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		0,00	4.287,84
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	FAMÍLIA PAGO			
TOTAL		14.633.860,26	13.243.725,78	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		3.218.172,21	3.222.106,81
				<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>3.218.172,21</u>	<u>3.222.106,81</u>
				<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>		<u>825.170,94</u>	<u>792.681,21</u>
				BANCOS		0,00	0,00
				CONTA ÚNICA		2.393.001,27	2.429.425,60
				<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
				TOTAL		14.633.860,26	13.243.725,78

 ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
 SEC DE SAÚDE
 090.560.314-14

 EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

 JOSÉ CADENGUE LIRA NETO
 TESOUREIRO
 103.218.494-93



FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2021)

ISOLADO:3 - FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO

Exercício de 2021

1 de 1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOIRO	6.167.756,27	0,00	6.167.756,27	5.490.119,26	0,00	5.490.119,26
1 ORDINARIO	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
110 GERAL	52.613,00	0,00	52.613,00	0,00	0,00	0,00
300 SAÚDE	903.080,48	0,00	903.080,48	210.778,46	0,00	210.778,46
310 SAÚDE-GERAL	5.142.088,79	0,00	5.142.088,79	5.252.739,15	0,00	5.252.739,15
311 SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS			0,00	6.921,31		6.921,31
312 SAUDE-COVID-19	68.974,00	0,00	68.974,00	19.680,34	0,00	19.680,34
5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	104.682,82	0,00	104.682,82	1.405.132,54	0,00	1.405.132,54
312 SAUDE-COVID-19	104.682,82	0,00	104.682,82	1.405.132,54	0,00	1.405.132,54
TOTAL	6.272.439,09	0,00	6.272.439,09	6.895.251,80	0,00	6.895.251,80

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
SEC DE SAÚDE
090.560.314-14

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93





Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI,



XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 147/2021, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2021, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram 6.272.439,09. Esse valor representa 101,66% do total de receitas previstas para o exercício (R\$ 6.170.137,48). Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$ 10.416.912,05, liquidação de R\$ 10.416.912,05 e pagamentos na ordem de R\$ 10.375.943,13. Desta forma, o resultado da execução orçamentária (arrecadado menos o valor empenhado) ao final do exercício de 2021 foi de R\$ 449.787,88, superavitário.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Balanço Financeiro.

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA

SECRETÁRIA DE SAÚDE



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c4920c6d-6507-4425-44be-88b20b11a8b3





a) Informações Gerais:

Nome empresarial:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJAO

Titulo do estabelecimento (nome fantasia):

Fmsb

Porte:

Demais

Código e descrição da atividade econômica principal:

84.11-6-00 - Administração Pública Em Geral

Código e descrição das atividades econômicas secundárias:

86.60-7-00 - Atividades De Apoio À Gestão De Saúde

94.99-5-00 - Atividades Associativas Não Especificadas Anteriormente

86.90-9-01 - Atividades De Práticas Integrativas E Complementares Em Saúde Humana

Código e descrição da natureza jurídica:

133-3 - Fundo Público Da Administração Direta Municipal

Logradouro:

Av Francisco Pereira Lopes

Número:

157

Complemento:

CEP:

55.325-000

Bairro:

Centro

Município:

B

r

e

Telefone:

(87) 3789-1154/ (87) 3789-1132

o

U

F

:

P

E

Endereço Eletrônico:

prefeiturabrejao@ig.com.br



Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

A Prefeitura Municipal de Brejão concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). população estimada pelo IBGE é de 6.737 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6. Durante exercício de 2020 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 924 de 30 de novembro de 2019 (LOA para o ano de 2020)

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
Acesse brasil.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: c4920c6d-6507-4425-44be-88b20b1fa8b3



<p>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis</p> <p>Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portarias Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16 - Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.</p>	Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONI VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA Assinatura: 4920c6d-6f07-4a25-44be-88b20b11a8b3 Validade: 2020-12-31 12:00:00 Código do documento: 4920c6d-6f07-4a25-44be-88b20b11a8b3
<p>Consolidação das demonstrações contábeis:</p> <p>A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Brejão; 2) Prefeitura Municipal de Brejão; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Brejão - PE.</p>	
<p>Dados do gestor (Prefeito do Município):</p> <p>Nome: Elisabeth Barros de Santana.Cargo: Prefeita. Período de gestão: 01/01/2020 a 31/12/2020</p>	
<p>Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:</p> <p>Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com</p>	
<p>Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal:</p> <p>Nome: José Cadengue Lira Neto.</p>	
<p>Dados do Controlador Geral do Município:</p> <p>Nome: Julio César Sampaio.</p>	
<p>Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:</p> <p>Fiorilli – SCPI</p>	
<p>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</p> <p>www. http://brejao.pe.gov.br/transparencia</p>	

B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 112/2020 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.



b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2020, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2020, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são



segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das

particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
Acesse em: <https://ecccce.pe.gov.br/ppxvalidaDoc.seam?Codigo.do.documento=c4920c6d-5507-4a25-44be-88b20b11a8b3>

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		6.272.439,09	6.895.251,80
TESOURO		6.167.756,27	5.490.119,26
GERAL		52.613,00	0,00
ORDINARIO		1.000,00	0,00
SAÚDE		903.080,48	210.778,46
SAÚDE-COVID-19		68.974,00	19.680,34
SAÚDE-GERAL		5.142.088,79	5.252.739,15
SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	6.921,31
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS		104.682,82	1.405.132,54
SAUDE-COVID-19		104.682,82	1.405.132,54
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		4.416.649,84	2.784.860,55
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		4.416.649,84	2.784.860,55
REPASSE RECEBIDO		4.416.649,84	2.784.860,55
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		722.664,52	851.942,29
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		40.968,92	392.502,89
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		40.968,92	392.502,89
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		681.695,60	459.439,40
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		71.190,62	30.873,43
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		32.768,28	15.230,92
ISS		1.037,57	8.224,88
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		603,73	0,00
OUTROS DEPÓSITOS		4.691,22	948,37
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		88.812,10	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		8.254,42	5.261,73
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		63.406,76	67.919,18
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		187.230,55	143.644,93
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	1.317,05
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		223.700,35	186.018,91
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		3.222.106,81	2.711.671,14

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2020 foi de R\$ 6.895.251,80.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 2.784.680,55.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 851.942,29, sendo R\$ 459.439,40, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 392.502,89 relativo a inscrição dos restos a pagar.

Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2019 foi de R\$ 1.926.993,86, além de R\$ 784.677,28 em investimentos e aplicações temporárias. O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00. Totalizando um valor de R\$ 2.711.671,14.



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		10.416.912,05	8.957.306,42
TESOURO		152,25	430,00
SAÚDE-GERAL		152,25	430,00
RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		643,00	2.438,00
SAÚDE-GERAL		643,00	2.438,00
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS		10.416.116,80	8.953.344,95
ORDINARIO		0,00	262.998,73
SAÚDE-COVID-19		211.545,56	868.316,68
SAÚDE-GERAL		10.204.571,24	7.821.629,54
SAÚDE-SERVIÇOS		0,00	400,00
OUTRAS FONTES DE RECURSOS		0,00	1.093,47
SAÚDE-GERAL		0,00	1.093,47
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		998.776,00	1.064.312,55
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		317.821,36	490.178,29
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		0,00	348,00
RP PROCESSADOS PAGOS		317.821,36	489.830,29
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		680.954,64	569.846,42
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		68.861,81	38.087,64
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		24,26	90.707,46
ISS		1.117,57	21.800,01
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		1,00	0,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		94.428,60	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		8.452,13	4.990,55
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		78.530,61	59.842,49
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		205.191,86	139.533,32
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	1.330,80
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		224.346,80	213.554,15
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		0,00	4.287,84
CÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		0,00	4.287,84
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		3.218.172,21	3.222.106,81
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.218.172,21	3.222.106,81
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		825.170,94	792.681,21
BANCOS		0,00	0,00
CONTA ÚNICA		2.393.001,27	2.429.425,60
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		14.633.860,26	13.243.725,78

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 10.416.912,05.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 998.776,00. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 317.821,36, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 680.954,64, outros pagamentos extraorçamentários R\$ 0,00.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 3.218.172,21, R\$ 825.170,94 de aplicações financeiras de liquidez imediata e R\$ 2.393.001,27 em contas em investimentos e aplicações temporárias e depósitos restituíveis, totalizando R\$ 3.218.172,21. Ao compararmos o saldo ao final do exercício de 2019(R\$ 2.711.671,14). Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2. Divulgações não financeiras:
Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:
Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:
Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

31/12/2021	31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2021	31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 147/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço

Financeiro: As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.



H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONI VIEIRA ELISABETH BARROS DE SANTANA
Acesse em: <http://sece.ce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam>
Código do documento: ca92066d-6507-4a25-4d9e-8b40b11ad6b3

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Sector de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Sector de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Sector de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema contábil.	Sector de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Sector de Contabilidade	Imediato	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
AÇÃO	1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Sector de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCASP, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Sector de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Sector de Contabilidade	Imediato	Concluída
AÇÃO	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Sector de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competência	Sector de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Sector de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Sector de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e evidenciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Sector de Contabilidade	31/12/2020	Concluída



2	Reconhecimento e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Sector de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex. 13º salário, férias, etc.).			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Sector de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competencia, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Sector de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
AÇÃO	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
SUBAÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
AÇÃO	7. Recolhimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
AÇÃO	8. Recolhimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Sector de Contabilidade	31/12/2022	Concluída

Brejão-PE, 31 de dezembro de 2021.

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Eder Marcone Vieira Contador
CRC/PE nº 027904/0-8

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA E ISABELTIBARROS DE SANTANA
Asses em <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.shtm>
Codigo do documento: c4920c61-6507-4425-44be-88b20b11a8b3

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2021

Elisabeth Barros de Santana

PREFEITA



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE MEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
Assinado em: <https://eicf.tce.pe.gov.br/epp/validadoc.seam> Código do documento: c920c6d45674d25a4be88b20b1f1a8b3

Reitoria Municipal de Brejão

RESOLUÇÃO 147/2021

BALANÇO FINANCEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL



GOVERNO DE

Brejão

AMOR POR NOSSA GENTE

FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



1 de 2

ISOLADO:3 - FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		6.272.439,09	6.895.251,80	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		10.416.912,05	8.957.306,42
<u>TESOURO</u>		<u>6.167.756,27</u>	<u>5.490.119,26</u>	<u>TESOURO</u>		<u>152,25</u>	<u>430,00</u>
GERAL		52.613,00	0,00	SAÚDE-GERAL		152,25	430,00
ORDINARIO		1.000,00	0,00	<u>RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</u>		<u>643,00</u>	<u>2.438,00</u>
SAÚDE		903.080,48	210.778,46	SAÚDE-GERAL		643,00	2.438,00
SAUDE-COVID-19		68.974,00	19.680,34	<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>10.416.116,80</u>	<u>8.953.344,95</u>
SAÚDE-GERAL		5.142.088,79	5.252.739,15	ORDINARIO		0,00	262.998,73
SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	6.921,31	SAUDE-COVID-19		211.545,56	868.316,68
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>104.682,82</u>	<u>1.405.132,54</u>	SAÚDE-GERAL		10.204.571,24	7.821.629,54
SAUDE-COVID-19		104.682,82	1.405.132,54	SAÚDE-SERVIÇOS		0,00	400,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		4.416.649,84	2.784.860,55	<u>OUTRAS FONTES DE RECURSOS</u>		<u>0,00</u>	<u>1.093,47</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>4.416.649,84</u>	<u>2.784.860,55</u>	SAÚDE-GERAL		0,00	1.093,47
REPASSE RECEBIDO		4.416.649,84	2.784.860,55	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		722.664,52	851.942,29	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>40.968,92</u>	<u>392.502,89</u>	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		998.776,00	1.064.312,55
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		40.968,92	392.502,89	<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>317.821,36</u>	<u>490.178,29</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>681.695,60</u>	<u>459.439,40</u>	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		0,00	348,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		71.190,62	30.873,43	RP PROCESSADOS PAGOS		317.821,36	489.830,29
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		32.768,28	15.230,92	<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>680.954,64</u>	<u>569.846,42</u>
ISS		1.037,57	8.224,88	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		68.861,81	38.087,64
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		603,73	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		24,26	90.707,46
OUTROS DEPÓSITOS		4.691,22	948,37	ISS		1.117,57	21.800,01
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		88.812,10	0,00	OUTROS CONSIGNATÁRIOS		1,00	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		8.254,42	5.261,73	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		94.428,60	0,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		63.406,76	67.919,18	PENSÃO ALIMENTÍCIA		8.452,13	4.990,55
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		187.230,55	143.644,93	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		78.530,61	59.842,49
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	1.317,05	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		205.191,86	139.533,32
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		223.700,35	186.018,91	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	1.330,80
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		3.222.106,81	2.711.671,14				

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
 SEC DE SAÚDE
 090.560.314-14

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA NETO
 TESOUREIRO
 103.218.494-93

FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

2 de 2

ISOLADO:3 - FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>3.222.106,81</u>	<u>2.711.671,14</u>	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		224.346,80	213.554,15
<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>		<u>744.452,56</u>	<u>784.677,28</u>	<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>0,00</u>	<u>4.287,84</u>
CONTA ÚNICA		2.477.654,25	1.926.993,86	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		0,00	4.287,84
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	FAMÍLIA PAGO			
TOTAL		14.633.860,26	13.243.725,78	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		3.218.172,21	3.222.106,81
				<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>3.218.172,21</u>	<u>3.222.106,81</u>
				<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>		<u>825.170,94</u>	<u>792.681,21</u>
				BANCOS		0,00	0,00
				CONTA ÚNICA		2.393.001,27	2.429.425,60
				<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
				TOTAL		14.633.860,26	13.243.725,78

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
 SEC DE SAÚDE
 090.560.314-14

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA NETO
 TESOUREIRO
 103.218.494-93



FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2021)

ISOLADO:3 - FMS BREJAO - FUNDO MUN. DE SAUDE DE BREJAO

Exercício de 2021

1 de 1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOIRO	6.167.756,27	0,00	6.167.756,27	5.490.119,26	0,00	5.490.119,26
1 ORDINARIO	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
110 GERAL	52.613,00	0,00	52.613,00	0,00	0,00	0,00
300 SAÚDE	903.080,48	0,00	903.080,48	210.778,46	0,00	210.778,46
310 SAÚDE-GERAL	5.142.088,79	0,00	5.142.088,79	5.252.739,15	0,00	5.252.739,15
311 SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS			0,00	6.921,31		6.921,31
312 SAUDE-COVID-19	68.974,00	0,00	68.974,00	19.680,34	0,00	19.680,34
5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	104.682,82	0,00	104.682,82	1.405.132,54	0,00	1.405.132,54
312 SAUDE-COVID-19	104.682,82	0,00	104.682,82	1.405.132,54	0,00	1.405.132,54
TOTAL	6.272.439,09	0,00	6.272.439,09	6.895.251,80	0,00	6.895.251,80

ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA
SEC DE SAÚDE
090.560.314-14

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93





Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI,



XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 147/2021, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2021, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram 546.565,12. Esse valor representa 29,69% do total de receitas previstas para o exercício (R\$ 1.840.826,50). Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$ 1.482.184,10 , liquidação de R\$1.485.184,10 e pagamentos na ordem de R\$ 1.463.349,55. Desta forma, o resultado da execução orçamentária (arrecadado menos o valor empenhado) ao final do exercício de 2021 foi de R\$ 935.618,98, deficitário.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Balanço Financeiro.

FRANCISCA ANDREA SANTANA DE GODOY

SECRETÁRIA



a) Informações Gerais:

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 14.628.090/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 27/05/1997
NOME EMPRESARIAL FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BREJAO			
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FMASB			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal			
LOGRADOURO PC MELQUIADES BERNARDES	NUMERO 0	COMPLEMENTO *****	
CEP 55.325-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BREJAO	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO prefeiturabrejao@gmail.com	TELEFONE (87) 3789-1156/ (87) 3789-1132		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE BREJAO			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/05/1997	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

**Consolidação das demonstrações contábeis:**

A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Brejão; 2) Prefeitura Municipal de Brejão; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Brejão - PE.

Dados do gestor (Prefeito do Município):

Nome: Elisabeth Barros de Santana.

Cargo: Prefeita.

Período de gestão: 01/01/2020 a 31/12/2020

Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:

Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com

Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal:

Nome: SANDOVAL CADENGUE DE SANTANA.

Dados do Controlador Geral do Município:

Nome: Julio César Sampaio.

Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:

Fiorilli – SCPI

Endereço eletrônico do Portal da Transparência:

www. <http://brejao.pe.gov.br/transparencia>

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONI VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
Acesse em: <https://cetescc-pe.gov.br/pepp/validarDoc.aspx?Codigo-do-documento=c4920c6d-6507-4425-44be-88b20b11a8b3>



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 147/2021 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências



concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.



O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes



critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é



possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em

alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		546.565,12	687.051,03
TESOURO		546.565,12	687.051,03
ASSISTÊNCIA SOCIAL		177.831,53	307.217,53
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		368.733,59	379.833,50
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.038.246,57	986.241,98
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.038.246,57	986.241,98
REPASSE RECEBIDO		1.038.246,57	986.241,98
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		156.210,46	193.837,85
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		21.834,55	96.881,79
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		21.834,55	96.881,79
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		134.375,91	96.371,06
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		32.990,85	38.910,50
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		3.133,32	2.658,74
ISS		1.890,92	2.003,29
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		1,00	1.045,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		22.593,25	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		2.570,23	2.763,36
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		23.372,77	23.762,57
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		6.684,14	7.854,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		41.139,43	17.373,60
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		0,00	585,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		0,00	585,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		138.446,37	175.715,99
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		138.446,37	175.715,99
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		35.088,48	42.455,30
CONTA ÚNICA		103.357,89	133.260,69
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		1.879.468,52	2.042.846,85

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2021 foi de R\$ 546.565,12.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 1.038.246,57.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 156.210,46, sendo R\$ 134.375,91, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 21.834,55 relativo a inscrição dos restos a pagar.

Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 138.446,37, além de R\$ 35.088,48 em investimentos e aplicações temporárias. O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 103.357,89. Totalizando um valor de R\$ 138.446,37.



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		1.485.184,10	1.625.716,58
<u>TESOURO</u>		<u>2.160,30</u>	<u>21.439,26</u>
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		2.160,30	21.439,26
<u>RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</u>		<u>940.914,03</u>	<u>912.743,33</u>
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		940.914,03	912.743,33
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>542.109,77</u>	<u>691.533,99</u>
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		542.109,77	691.533,99
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		246.138,78	278.683,90
<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>112.147,20</u>	<u>192.292,34</u>
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		0,00	1.050,91
RP PROCESSADOS PAGOS		112.147,20	191.241,43
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>133.991,58</u>	<u>85.806,56</u>
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		32.849,85	37.792,86
ISS		2.010,41	1.534,51
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		21.205,42	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		2.932,65	2.563,30
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		26.207,49	18.892,07
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		7.245,07	5.049,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		41.540,69	19.974,82
<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>0,00</u>	<u>585,00</u>
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		0,00	585,00
MATERNIDADE PAGO			
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		148.145,64	138.446,37
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>148.145,64</u>	<u>138.446,37</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		36.958,93	35.088,48
CONTA ÚNICA		111.186,71	103.357,89
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 1.485.184,10.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 246.138,78. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 112.147,20, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 133.991,58, outros pagamentos extraorçamentários R\$ 0,00.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 148.145,64, R\$ 36.958,93 de aplicações financeiras de liquidez imediata e R\$ 111.186,71 em contas em investimentos e aplicações temporárias e depósitos restituíveis, totalizando R\$ 148.145,64. Ao compararmos o saldo ao final do exercício de 2020(R\$ 138.446,37). Estes valores encontram-se na linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2. Divulgações não financeiras:
Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:
Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:
Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

31/12/2021	31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2021	31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 147/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço

Financeiro: As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.



H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONI VIEIRA ELISABETE BARROS DE SANTANA
Acesse em: http://www.cce.uepb.edu.br/epp/validaDoc.seam?Codigo_documento:ca92006d-6d-6507-4425-44be-48b30b71a4b3

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema contábil.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
AÇÃO	1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCASP, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
AÇÃO	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL



1	Reconhecimento e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimento e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	5. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex. 13º salário, férias, etc.).			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
AÇÃO	6. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores por competência.			
SUBAÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
AÇÃO	7. Recolhimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
AÇÃO	8. Recolhimento, mensuração e evidênciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Mensuração e evidênciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída

Brejão-PE, 31 de dezembro de 2021.

FRANCISCA ANDREA SANTANA DE GODOY
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eder Marccone Vieira Contador
CRC/PE nº 027904/0-8

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA ELISABETE BARROS DE SANTANA
Acesse em: <https://eicq.tcepe.gov.br/epp/validaDoc.sea> Código do documento: 6492064-6507-4a25-4d1b-e88b20b1a8b3

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2021



Elisabeth Barros de Santana

PREFEITA

Secretaria Municipal de Brejão

RESOLUÇÃO 147/2021

**BALANÇO
FINANCEIRO**

FUNDO M DE EDUCAÇÃO



GOVERNO DE
Brejão

AMOR POR NOSSA GENTE

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE MEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
Assinado em: <https://eicetce.pe.gov.br/epp/validador.seam> Código do documento: c4920c6d-6307-4d25-a4be-88b20b1f1a8b3

FME BREJAO - FUNDO MUN. DE EDUCACAO DE BREJAO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



1 de 2

ISOLADO:6 - FME BREJAO - FUNDO MUN. DE EDUCACAO DE BREJAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		13.691.824,28	9.664.700,97	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		14.839.934,46	11.297.969,40
<u>TESOURO</u>		<u>13.691.824,28</u>	<u>9.664.700,97</u>	<u>TESOURO</u>		<u>991.485,22</u>	<u>901.502,45</u>
<u>EDUCAÇÃO</u>		<u>1.197.416,51</u>	<u>786.675,58</u>	<u>EDUCAÇÃO</u>		<u>991.485,22</u>	<u>901.502,45</u>
EDUCAÇÃO-FUNDEB		9.947.794,34	8.080.579,88	<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS</u>		<u>656.687,73</u>	<u>15.632,10</u>
EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		1.659.195,92	793.526,88	<u>EDUCAÇÃO</u>		<u>656.687,73</u>	<u>15.632,10</u>
EDUCAÇÃO-FUNDEF-REMUN.APLIC.FINANCEIRA		44.872,77	0,00	<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>13.191.761,51</u>	<u>10.380.834,85</u>
EDUCAÇÃO INFANTIL		838.087,11	0,00	<u>EDUCAÇÃO</u>		<u>1.171.024,59</u>	<u>1.223.159,36</u>
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	3.918,63	EDUCAÇÃO-FUNDEB		15.995,50	28.770,08
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		4.457,63	0,00	EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		8.878.935,14	6.044.668,37
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.031.556,51	1.442.578,34	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		3.125.806,78	3.084.237,04
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>1.031.556,51</u>	<u>1.442.578,34</u>	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		1.031.556,51	1.442.578,34	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		3.329.745,54	2.120.604,69	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>635.116,03</u>	<u>529.279,32</u>	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		3.531.546,40	1.843.320,67
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		635.116,03	529.279,32	<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>672.019,64</u>	<u>340.414,99</u>
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>2.694.629,51</u>	<u>1.591.325,37</u>	RP PROCESSADOS PAGOS		672.019,64	340.414,99
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		66.015,06	58.053,48	<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>2.853.989,60</u>	<u>1.490.604,82</u>
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		279.212,29	91.732,22	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		69.536,42	54.963,95
ISS		8.736,27	12.330,21	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		284.029,06	90.298,96
OUTROS DEPÓSITOS		7.945,16	2.841,75	ISS		8.234,78	13.376,21
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		653.705,70	0,00	OUTROS DEPÓSITOS		10.089,79	2.830,20
PENSÃO ALIMENTÍCIA		13.475,07	18.193,67	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		656.289,94	0,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		252.209,31	292.288,38	PENSÃO ALIMENTÍCIA		14.836,46	16.892,28
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		503.914,76	378.891,33	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		290.937,50	278.189,42
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	462,05	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		560.728,61	322.090,60
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		909.415,89	736.532,28	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	655,63
<u>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		959.307,04	711.307,57
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		0,00	0,00	<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>5.537,16</u>	<u>12.300,86</u>
				CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		5.537,16	12.300,86

ERIVAN LOPES PEIXOTO
 SECRETARIO DE EDUCAÇÃO
 434.629.284-49

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE DE LIRA NETO
 TESOUREIRO
 103.218.494-93

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
 Acesso em: https://etce.tee.pe.gov.br/gnp/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento=0206d465074a25a40e88020f118b53

FME BREJAO - FUNDO MUN. DE EDUCACAO DE BREJAO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021



2 de 2

ISOLADO:6 - FME BREJAO - FUNDO MUN. DE EDUCACAO DE BREJAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		720.590,97	633.997,04	FAMÍLIA PAGO			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		720.590,97	633.997,04	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		402.236,44	720.590,97
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		117.188,83	112.610,39	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		402.236,44	720.590,97
CONTA ÚNICA		603.402,14	521.386,65	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		28.595,37	117.188,83
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00	CONTA ÚNICA		373.641,07	603.402,14
TOTAL		18.773.717,30	13.861.881,04	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
				TOTAL		18.773.717,30	13.861.881,04

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
 Acesso em: https://etce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam Código do documento: ca920c6d-6507-4a25-a4be-88020b11a8b3

 ERIVAN LOPES PEIXOTO
 SECRETARIO DE EDUCAÇÃO
 434.629.284-49

 EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

 JOSÉ CADENGUE DE LIRA NETO
 TESOUREIRO
 103.218.494-93

FME BREJAO - FUNDO MUN. DE EDUCACAO DE BREJAO

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

1 de 1

ISOLADO:6 - FME BREJAO - FUNDO MUN. DE EDUCACAO DE BREJAO

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOURO	13.691.824,28	0,00	13.691.824,28	9.664.700,97	0,00	9.664.700,97
111 REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS			0,00	3.918,63		3.918,63
121 REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.457,63	0,00	4.457,63	0,00	0,00	0,00
200 EDUCAÇÃO	1.197.416,51	0,00	1.197.416,51	786.675,58	0,00	786.675,58
210 EDUCAÇÃO INFANTIL	838.087,11	0,00	838.087,11	0,00	0,00	0,00
250 EDUCAÇÃO-FUNDEB	9.947.794,34	0,00	9.947.794,34	8.080.579,88	0,00	8.080.579,88
251 EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO	1.659.195,92	0,00	1.659.195,92	793.526,88	0,00	793.526,88
253 EDUCAÇÃO-FUNDEF-REMUN.APLIC.FINANCEIRA	44.872,77	0,00	44.872,77	0,00	0,00	0,00
TOTAL	13.691.824,28	0,00	13.691.824,28	9.664.700,97	0,00	9.664.700,97

ERIVAN LOPES PEIXOTO
SECRETARIO DE EDUCAÇÃO
434.629.284-49

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSÉ CADENGUE DE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93





Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldo Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI,



XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 147/2021, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2021, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram 1.3691.824,28. Esse valor representa 29,69% do total de receitas previstas para o exercício (R\$ 10.439,876,66). Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$ 14.839.934,46 , liquidação de R\$14.839.934,46 e pagamentos na ordem de R\$ 14.204.818,43. Desta forma, o resultado da execução orçamentária (arrecadado menos o valor empenhado) ao final do exercício de 2021 foi de R\$ 182.028,87.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Balanço Financeiro.

ERIVAN LOPES PEIXOTO

SECRETÁRIO



a) Informações Gerais:

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.820.772/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/03/2018
NOME EMPRESARIAL FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO - FME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FME-BREJAO			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal			
LOGRADOURO R MELQUIADES BERNARDES	NÚMERO SN	COMPLEMENTO *****	
CEP 55.325-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BREJAO	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO EDDERVIEIRA@GMAIL.COM		TELEFONE (87) 8114-4590	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE BREJAO			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/03/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

**Consolidação das demonstrações contábeis:**

A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Brejão; 2) Prefeitura Municipal de Brejão; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Brejão - PE.

Dados do gestor (Prefeito do Município):

Nome: Elisabeth Barros de Santana.

Cargo: Prefeita.

Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021

Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:

Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com

Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal:

Nome: SANDOVAL CADENGUE DE SANTANA.

Dados do Controlador Geral do Município:

Nome: Julio César Sampaio.

Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:

Fiorilli – SCPI

Endereço eletrônico do Portal da Transparência:

www. <http://brejao.pe.gov.br/transparencia>

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONI VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
Acesse em: <https://cetescc.pe.gov.br/pepp/validarDoc.aspx?Codigo-do-documento=c4920c6d-6507-4425-44be-88b20b1fa8b3>



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 147/2021 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências



concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.



O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes



critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é



possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em

alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		13.691.824,28	9.664.700,97
TESOURO		13.691.824,28	9.664.700,97
EDUCAÇÃO		1.197.416,51	786.675,58
EDUCAÇÃO-FUNDEB		9.947.794,34	8.080.579,88
EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		1.659.195,92	793.526,88
EDUCAÇÃO-FUNDEF-REMUN.APLIC.FINANCEIRA		44.872,77	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL		838.087,11	0,00
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	3.918,63
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		4.457,63	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.031.556,51	1.442.578,34
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.031.556,51	1.442.578,34
REPASSE RECEBIDO		1.031.556,51	1.442.578,34
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		3.329.745,54	2.120.604,69
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		635.116,03	529.279,32
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		635.116,03	529.279,32
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		2.694.629,51	1.591.325,37
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		66.015,06	58.053,48
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		279.212,29	91.732,22
ISS		8.736,27	12.330,21
OUTROS DEPÓSITOS		7.945,16	2.841,75
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		653.705,70	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		13.475,07	18.193,67
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		252.209,31	292.288,38
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		503.914,76	378.891,33
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	462,05
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		909.415,89	736.532,28
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		0,00	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		720.590,97	633.997,04
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		720.590,97	633.997,04
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		117.188,83	112.610,39
CONTA ÚNICA		603.402,14	521.386,65
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		18.773.717,30	13.861.881,04

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2021 foi de R\$ 13.691.824,28.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 1.031.556,51.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 3.329.745,54, sendo R\$ 2.694.629,51, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 635.116,03 relativo a inscrição dos restos a pagar.

Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 720.590,97, além de R\$ 603.402,14 em investimentos e aplicações temporárias. O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 117.188,83. Totalizando um valor de R\$ 720.590,97.



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		14.839.934,46	11.297.969,40
<u>TESOURO</u>		991.485,22	901.502,45
<u>EDUCAÇÃO</u>		991.485,22	901.502,45
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS</u>		656.687,73	15.632,10
<u>EDUCAÇÃO</u>		656.687,73	15.632,10
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		13.191.761,51	10.380.834,85
<u>EDUCAÇÃO</u>		1.171.024,59	1.223.159,36
EDUCAÇÃO-FUNDEB		15.995,00	28.770,08
EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		8.878.935,14	6.044.668,37
EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		3.125.806,78	3.084.237,04
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		0,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		3.531.546,40	1.843.320,67
<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		672.019,64	340.414,99
RP PROCESSADOS PAGOS		672.019,64	340.414,99
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		2.853.989,60	1.490.604,82
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		69.536,42	54.963,95
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		284.029,06	90.298,96
ISS		8.234,78	13.376,21
OUTROS DEPÓSITOS		10.089,79	2.830,20
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		656.289,94	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		14.836,46	16.892,28
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		290.937,50	278.189,42
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		560.728,61	322.090,60
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		0,00	655,63
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		959.307,04	711.307,57
<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		5.537,16	12.300,86
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		5.537,16	12.300,86
FAMÍLIA PAGO			
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		402.236,44	720.590,97
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		402.236,44	720.590,97
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		28.595,37	117.188,83
CONTA ÚNICA		373.641,07	603.402,14
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		0,00	0,00
TOTAL		18.773.717,30	13.861.881,04

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 14.839.934,46.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 3.531.546,40. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 672.019,64, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 2.853.989,60, outros pagamentos extraorçamentários R\$ 5.537,16.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em



bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 402.236,44, R\$ 28.595,37 de aplicações financeiras de liquidez imediata e R\$ 373.641,07 em contas em investimentos e aplicações temporárias e depósitos restituíveis, totalizando R\$ 0,00. Ao compararmos o saldo ao final do exercício de 2020(R\$ 720.590,97). Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

31/12/2021	31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2021	31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 147/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:



G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço

Financeiro: As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema contábil.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
AÇÃO	1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCAPS, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
AÇÃO	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL



1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competênc	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimnto e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimnto e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex. 13º salário, férias, etc.).			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
AÇÃO	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
SUBAÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
AÇÃO	7. Recolhimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
AÇÃO	8. Recolhimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída

Brejão-PE, 31 de dezembro de 2021.

ERIVAN LOPES PEIXOTO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Eder Marcone Vieira Contador
CRC/PE nº 027904/0-8

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA E LISABETE BARROS DE SANTANA
Assinatura em: https://etec.tec.pe.gov.br/epj/validarDocumento.aspx?documento:49290c6d-507-4a25-4b-e38b200f1dab3